

## MENINOS DE RUA: UM DESAFIO PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

Aline Daiane Nunes Mascarenhas\*

O MEU GURI.

Quando, seu moço, nasceu meu rebento, não era o momento dele  
rebentar, já foi nascendo com cara de fome e eu não tinha nem nome para lhe dar  
Como fui levando, não sei lhe explicar, fui assim levando e ele a me levar  
E na sua meninice ele me disse que um dia chegava lá  
Olha aí, ai o meu guri, olha aí é o meu guri  
E ele chega (...)

Chico Buarque.

**RESUMO:** *Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre educação/trabalho e violência na vida dos meninos de rua. Para tanto, foi necessário desenvolver uma análise bibliográfica pautada em autores como Graciane (1999); Santos (2000); Souza(2000) que se dedicam a estudos e pesquisas sobre o abandono de crianças e adolescentes que fazem da rua um espaço de moradia. Também foi necessário colher depoimentos desses atores com a finalidade de retratar de maneira significativa questões que permeiam a trajetória de vida desses sujeitos. Os resultados desse estudo apontam para a necessidade de ações preventivas, bem como a implementação de Políticas Públicas que possibilitem condições de vida digna a essa categoria social. Assim, espera-se que os resultados possam contribuir para o avanço das discussões na sociedade, buscando romper com alguns estigmas que norteiam essa população.*

**Palavras-chave:** Meninos de rua; Exclusão social; Educação

### INTRODUÇÃO

As transformações pelas quais tem passado a sociedade brasileira podem ser entendidas através do processo de globalização que prioriza as regras do mercado exaltando a competitividade e criando condição de venerabilidade de certas populações. Nesse processo de globalização, apenas poucas pessoas da sociedade desfrutam do processo da ciência, da tecnologia, dos bens de consumo e diversos serviços diferenciados, tais como: educação, saúde, moradia e alimentação. Considerando os avanços tecnológicos em que essa sociedade está imersa e o presente lema de igualdade e humanização, pouco se tem feito para a diminuição das disparidades sociais visivelmente existentes.

As crianças e adolescentes que vivem nas ruas refletem em suas histórias de vida os problemas da exclusão social. Tem sido notório o aumento crescente dessa população em locais públicos, como: sinaleiras, restaurantes e outros, o que evidencia o grave problema da exclusão social. “Estima-se que dentre as mais de trinta milhões de crianças que vivem em condição de pobreza no país, existam cerca de sete milhões que vivem nas ruas” (SOUZA, 2000, p.2).

---

\* Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, [alinedaiane22@bol.com.br](mailto:alinedaiane22@bol.com.br). Orientadoras: Solange Mary Moreira dos Santos e Maria José Oliveira Duboc, professoras da Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Educação.

No cotidiano da rua, existem dois tipos de adolescentes. Há aqueles que passam o dia na rua fazendo seus biscates ou simplesmente ficam perambulando e geralmente à noite voltam para as suas casas, mantendo uma relação familiar. E os outros que fazem da rua seu espaço de moradia, por conseguinte realizam todas as atividades (comer, dormir, tomar banho e etc) na rua. Assim, existem as seguintes denominações: “menino na rua” que ainda mantém o vínculo com a família e os “meninos de rua” que já perderam o vínculo com a família.

Nesse trabalho, considero a clientela específica “meninos de rua” como sendo os adolescentes abandonados pela família ou simplesmente marginalizados socialmente e economicamente que ficam perambulando pelas ruas, utilizando esse espaço como o local de vida. Vale ressaltar que a denominação de “adolescentes em situação de risco pessoal e social” também é válida para esses sujeitos, porém nesse trabalho ocorre a apropriação da intitulação de “**meninos de rua**” por entender que não adianta modificar as terminologias e não eliminar as causas que levam esses indivíduos a viverem na rua. Quando nos reportarmos ao termo meninos de rua, cabe salientar que este engloba tanto o sexo masculino quanto o feminino.

Em nossa sociedade, a imagem desses sujeitos sempre estão vinculadas ao crime, de forma a provocar temor e aversão da população. As notícias que são propagadas fornecem uma imagem negativa, esquecendo também de veicular que esses meninos são fruto de uma sociedade capitalista que não consegue resolver os seus problemas. Nega-se ao outro o direito de existir, esquecendo que o seu comportamento é fruto das desigualdades impostas por esse sistema, onde se mantêm as posições de dominadores, e muitos acabam se tornando obrigatoriamente dominados.

Nesse contexto, procuro através desse estudo indagar: de que forma a educação, o trabalho e a violência são vivenciados pelos meninos (as) de rua? Acredito que o fato de serem obrigados a assumir mais cedo atividades que seriam peculiares em sua vida adulta contribui para que essas crianças busquem na rua meios de garantir o seu sustento e muitas vezes de sua família. Tal atitude impossibilita a conquista de importantes elementos para a sua formação, tais como: educação, saúde, valores, lazer e outros.

A relevância desse estudo se impõe na medida em que chamo a atenção da sociedade para o intenso processo de exclusão social em que vivem esses indivíduos, bem como pela necessidade de apontar a escassez de estudo e ações efetivas nessa área.

O interesse para a realização desse estudo começou quando, no ano de 2003, fui convidada a conhecer o Programa Gota de Cidadania uma Organização não-governamental localizada na cidade de Feira de Santana, que atende os meninos em situação de rua com o intuito contribuir para a construção de cidadania desses meninos e meninas, fortalecendo e resgatando os vínculos familiares. Oferece alfabetização para crianças e adolescentes, aulas de futebol, natação, atendimento médico em parceria com voluntariados. Um outro elemento importante foi quando comecei a observar a existência de um enorme número de crianças e adolescentes vivendo em estado de mendicância. Indaguei-me sobre a ineficácia de políticas públicas que assegurem esses meninos, educação, trabalho e proteção.

Desse modo, além de uma pesquisa bibliográfica, articulo à vivência dos meninos (as) de rua as questões sobre educação, trabalho e violência. Como referencial teórico, utilizo os estudos de autores como Graciane (1999) que retrata a educação na vida desses atores sociais, Santos (2000) que aborda a questão do trabalho e Souza (2000) que discute a violência.

Estruturalmente, este artigo está organizado em quatro partes. Na primeira parte, destaco um breve histórico sobre o abandono de crianças e adolescentes; em um segundo momento, discuto o perfil da população de rua; no terceiro, procuro discutir sobre a relação da educação e trabalho na vida desses atores; por último, abordo como a violência é vivenciada por esses meninos. É importante ressaltar que não pretendo esgotar essa discussão acerca da população de

rua, meu intuito é convidar o leitor para uma discussão que considero como necessária para uma convivência coletiva.

## UM BREVE OLHAR SOBRE O ABANDONO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

As discussões que se têm travado em torno dos problemas sociais no Brasil, principalmente as questões de crianças e adolescentes de rua, devem antes de tudo, permear uma reflexão acerca de nossa origem como nação.

Santana (1998), reportando-se aos estudos desenvolvidos por Moraes, ressalta:

Os filhos do Brasil foram gerados na violência, alimentados na malquerença, paridos no desespero e usados como combustível nos engenhos. Somos filhos da violência e do estropo. O Brasil é o resultado da prodigiosa multiplicação de uns poucos europeus e de uns contados africanos sobre milhões de corpo de mulheres indígenas seqüestradas e violentadas. Os filhos do Brasil não são o fruto mimoso de uma noite histórica de amor (pg.28 ).

Desse modo, pode se observar que o surgimento dos primeiros brasileiros já era pautado na exclusão. As ações praticadas pelos colonos sobre índios e negros favoreciam a imposição de um modo de vida que objetivasse desconstruir a cultura desses povos, implementando conceitos, crenças, leis e valores dos portugueses.

Os filhos gerados desse processo de exclusão iam compondo a mão-de-obra de seus senhores. Dimenstein (1994, p.43) relata que, historicamente, a questão dos meninos de rua aparece como consequência direta da escravidão. Em seu livro ele demonstra, com base no discurso de um chefe de polícia em 1906, “existem nesta capital disseminado por todos os pontos, numerosos menores do sexo masculino que sem amparo e proteção, sem recursos, portanto que lhes proporcionem subsistência, entregam-se às praticas de delitos e vícios”.

Para contrapor tal situação, surge em 1726, na Bahia, uma forma alternativa de assistência denominada “Roda dos Expostos” que, segundo Santos (1993), traduz-se como modelo europeu que consistia de um equipamento cilíndrico que girava através de uma parede onde se colocava a criança enjeitada ou exposta, que era recebida do outro lado, sem que se pudesse ver quem colocava nem quem recebia.

As crianças de um a dois meses eram destinadas a famílias que obtinham pequena remuneração pelos cuidados, aos sete anos de idade eram colocadas à disposição do juiz, que entregaria a alguma família que quisesse lhe sustentar, ou encaminhava os meninos para a Marinha e as meninas para o Recolhimento das Órfãs, onde deveriam trabalhar gratuitamente durante sete anos, servindo ao Estado, recebendo apenas teto e alimentação. (LIMA e VENANCIO, 1996, p. 67)

Dessa inferência, pode-se perceber que as crianças abandonadas ou cedidas ao Estado sofreram violação dos seus direitos e foram submetidas à escravidão. Diversas foram as críticas que surgiram contra essa forma de abrigo, as questões da mortalidade infantil, precariedade das estruturas de abrigo, desnutrição e recursos financeiros. Devido a esses problemas, as Rodas dos Expostos perduraram até o ano de 1948, em São Paulo.

Esses sistemas de rodas, embora deficitários, representaram um instrumento importante na história de construções de políticas públicas de atenção à criança abandonada. A partir desse momento, começa a se perceber a opinião pública e a interferências de alguns profissionais, entre

eles, educadores, que buscavam uma resposta de atendimento às crianças e adolescentes abandonadas.

Nesse sentido, o fenômeno dos meninos e meninas de rua no Brasil, a partir dessa análise, pode ser considerado tão antigo quanto o descobrimento do nosso país. Após centenas de anos, ainda existem crianças e adolescentes na rua, configurando-se na manifestação mais explícita da incompetência do Estado em oferecer Políticas Públicas básicas para efetivar os direitos humanos. Isso retrata o caráter de exclusão, marginalização e abandono em que milhares de crianças brasileiras vêm sendo forçadas a buscar nas ruas alternativas para garantir a sua sobrevivência.

Nesse contexto de inoperância do Estado, e na tentativa de preencher parte de uma lacuna deixada por este, é que na década de 70, surgem as Organizações Não-Governamentais – instituições sem fins lucrativos. Nesse ínterim, começam a surgir projetos alternativos de atendimento às crianças, adolescentes e jovens desamparados, condenados ao confinamento e assistencialismo característico da história desse atendimento no Brasil. Estes projetos estão vinculados tanto a organismos internacionais quanto a organismos da sociedade civil brasileira, ligados às instituições públicas, municipais e estaduais.

## **O PERFIL DOS SUJEITOS QUE VIVEM NA RUA**

Uma das maiores preocupações do século XXI em relação à juventude é o seu desvio social. Graciane (1999) afirma que não se trata da famosa contestação juvenil, da radicalidade crítica dos jovens nem da rebeldia, mas afirma que esse “desvio social” centra-se no problema de conduta: alcoolismo, drogas, violência e outras formas de escapismo social. O desvio social significa infração da norma estabelecida socialmente e considerada legítima por quem a quebre.

Hoje, o adolescente e jovem que vive na rua representa a pobreza, miséria, abandono, fome e descaso político; por viver fora das normas da sociedade, configura-se como um protótipo de agressão social. Portanto o desvio social está na sociedade que não promove uma distribuição de renda justa, igualdade de oportunidade, não os protege em seus direitos e, como consequência, acaba gerando-os.

Os meninos que passam a conviver nas ruas, aos poucos constroem a relação com o trabalho, moradia e amizade com outros meninos que vivem na rua.

Se analisarmos a ordem econômica mundial, existe uma divisão marcante entre uma pequena população rica, com acesso a muitos benefícios, e a maior parte da população mundial que vive em uma miséria, sem direito a participação dos benefícios sociais. Essa divisão social faz parte e é consequência de um sistema capitalista que se caracteriza pela acumulação do capital: a economia mundial evolui para o vasto sistema dominado pelo capital financeiro e disputado pelos vários grupos nacionais que repartem entre si aquele capital (PRADO, 1984, P.271)

Assim a classificação meninos (as) de rua não surgiu apenas de certas características pessoais, mas se expressa numa categoria social que entende a rua como território, espaço de vida, convívio e trabalho. A caracterização desses atores sociais representa em sua maioria uma faixa etária de 14 - 21 anos, normalmente vitimizados por vários âmbitos sociais – a escola, família e trabalho. A maioria dessa clientela nunca ingressou em uma escola formal ou nem completou o ensino fundamental, normalmente são acolhidos através dos programas sociais e das ONG'S.

Esses sujeitos em sua maioria emergiram de bairros mais afastados do centro da cidade e das invasões que originavam as favelas. Esses locais são privados de rede de esgoto, calçamento e quase não possuem nenhuma estrutura para os moradores. O espaço físico destinado para a construção das casas é muito pequeno e normalmente as famílias são numerosas, alguns membros procuram como saída a dormida na rua. A esse respeito observe o depoimento de uma criança de rua:

*Quando vem dormir todos meus irmão, eu tenho que sair se não rola briga.*

Quanto à situação familiar, em sua maioria são provenientes de família classe baixa e desagregada, pais que são alcoólatras, padrasto que bate, assim como relatam esses meninos:

*Minha mãe bebe e às vezes meu irmão me expulsa de casa para ficar com a namorada.*

*Meu padrasto não me quer em casa para eu não dar mal exemplo para a minha irmã pequena.*

No que se refere à profissão dos pais, normalmente predominam atividades informais, tais como: cozinheira, lavadeira, ambulantes, barraqueiros e outras.

*Eu ficava com a minha mãe, mas o dinheiro é pouco, só dava para comprar comida de casa então tive de ir para rua trabalhar e acabei ficando por lá.*

Geralmente esses meninos estão nas ruas para sobreviver por meio de trabalhos informais, tais como: engraxando sapato, lavando carro, vendendo frutas, carregador entre outros.

Assim, meninos (as) de rua constituem em uma categoria social surgida no seio de uma sociedade excludente e dependente do capital financeiro. Encontram-se em um amplo processo de exclusão humana; querer responsabilizar unicamente esses sujeitos, qualificá-los como “delinqüente” ou querer eliminá-lo não resolverá para sempre o problema da sociedade. Não se pode esquecer que, enquanto durar o processo de exclusão social e a recusa do Estado em efetivar políticas públicas que garantam a vida e a dignidade desses atores sociais, permanecerá a emergente situação da população de rua.

## **EDUCAÇÃO E A RELAÇÃO COM O TRABALHO NA VIDA DOS(AS) MENINOS (AS) DE RUA**

O caráter excludente do sistema formal de ensino e a falência das instituições no trato das questões relacionadas ao menor carente fez nascer interesses por parte das ONG'S e das forças sociais progressistas em amenizar os problemas relacionados à questão dos meninos e meninas de rua. Enquanto a escola não conseguir transformar-se numa escola de qualidade para todos (HADDAD, 1992), superando a contradição estrutural existente entre a declaração constitucional dos direitos sociais e a negação da prática desses direitos (PINO, 1992), vamos continuar a ver os espaços criados pela inoperância do sistema de ensino. A escola, historicamente, sempre cumpriu uma função escolar excludente e, em pleno séc. XXI, o ideal de educação para todos ainda não é uma realidade. O Brasil ainda continua sendo apontado na estatística mundial como um país de alto índice de analfabetismo. Presenciamos uma degradação de qualidade do ensino acompanhado do processo de exclusão para os indivíduos que não possuem todos os elementos

necessários (comprovante de endereço fixo, documentação e fardamento) para ingressar em uma escola formal.

O sistema escolar, que deveria ter como principal função a socialização do saber visando o desenvolvimento do indivíduo como um espaço cultural, democrático e de conhecimento, acaba cumprindo uma função de legitimadora da cultura dominante. Os valores das classes dominadas são considerados como inferiores, valorizando os códigos culturais produzidos por uma sociedade dominante.

O modelo educacional presente em nossa sociedade visa preparar o indivíduo muito mais para o cenário econômico do que possibilitá-lo a uma dimensão educacional mais ampla, envolvendo questões culturais, democráticas e do conhecimento. Desse modo, presenciamos uma intelectualização do trabalho e, conseqüentemente, a elevação quantitativa e qualitativa da educação escolar dos trabalhadores.

Vale ressaltar que a ligação entre educação/trabalho se expressa na Constituição de 1988 e a LDB - lei 9394/96, as quais preconizam: “A finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e para o trabalho” (Constituição, art. 205, e LDB, art 2º). Isto significa dizer que a missão da educação defendida por lei é preparar o indivíduo para a cidadania e qualificá-lo para o trabalho.

Presenciam-se profundas mudanças na tecnologia e nos meios de comunicação. Segundo Penin e Vieira (2002), as informações acumulam-se e modificam-se constantemente, e o mundo do trabalho torna-se cada vez menos previsível. Nesse contexto, as competências que são exigidas aos indivíduos e principalmente ao trabalhador são renovadas periodicamente, requerendo conhecimentos tanto específico quanto geral. Essa busca pelo conhecimento justifica a característica de uma sociedade atualmente intitulada como “sociedade do conhecimento” que cobra não apenas um diploma, mas a excelência de seu conhecimento, onde os conhecimentos assimilados necessitam estarem sendo revistos a todo o momento, tendo em vista a rapidez e a dinâmica pela qual se processa a informação.

No Brasil existe uma enorme procura por cursos que possibilitem a aquisição da escolaridade, ou seja, complementação dos níveis de ensino fundamental por parte dos jovens e adultos. Segundo o INEP, o censo escolar de 2001 registrava um total de aproximadamente 3,77 milhões de alunos matriculados no EJA. Esse contingente pode tornar-se ainda mais relevante quando se incorpora o atendimento que é dispensado a essa clientela por diferentes entidades da sociedade, entre elas, as ONG'S.

Diante desse exposto, emergem lutas da sociedade para um modelo de educação que atenda àqueles que não conseguiram, em idade apropriada, a escolarização. Assim, a educação de jovens e adultos, existe como uma modalidade que vem procurando suprir emergencialmente carência dos marginalizados, como afirma Brandão:

Excluídos da escola e defasados da educação, sujeitos das classes populares são para não serem regulamente educados, porque, em uma sociedade de oportunidades de educação, ameaçaria a necessidade política e econômica de desigualdade de oportunidades, participação na vida, trabalho e poder (1979, p.32-33).

Daí, essa educação, ao mesmo tempo em que é compensatória, também é ocultadora e produtora das desigualdades. Temos evidenciado, nas últimas décadas, uma crise econômica e social que influencia diretamente no processo de educação, principalmente devido a cortes de recursos financeiros do Estado para esse setor, o que provavelmente compromete a qualidade do ensino. Embora exista uma expressão que preconiza “lugar da criança é na escola”, é notório que elas estão deixando a escola e a casa para ajudar no sustento familiar, porque não há o suficiente

em casa para suprir as necessidades materiais. Em consequência desse fator, ao invés de frequentarem a escola para adquirir novos conhecimentos e participarem do processo de socialização do saber, desviam sua atenção para o trabalho.

Vale ressaltar, que um dos fatos de esses adolescentes estarem, em sua maioria, ausentes da escola, é porque a rua representa um lugar possível de ganhar alguma renda e também porque a escola tem demonstrado principalmente a “inadequação escolar e as suas exigências em responder aos interesses de sobrevivência cotidiana da população de rua” (SANTOS, 2000 p.39).

A pequena competitividade desses trabalhadores no mercado de trabalho restringe enormemente suas possibilidades, sobrando funções que os outros segmentos não se dispõem a realizar. Segundo Almeida e Carvalho (1996, p.40), “a sociedade vem adotado uma conduta favorável a este acontecimento, possivelmente por considerar o trabalho ou a delinquência como as duas únicas alternativas da infância e da juventude pauperizada”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990) preconiza o direito a saúde, trabalho e educação como sendo obrigação da família, sociedade e Estado. A educação é referendada no seu Capítulo IV, Artigo 53 que defende: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

No dispositivo do Capítulo V dessa mesma lei, também existe a defesa com relação ao trabalho sem nenhum prejuízo para os adolescentes. Ainda no Artigo 63: A formação técnico profissional obedecerá aos seguintes princípios: I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; III - horário especial para o exercício das atividades. Apesar de esses direitos estarem expressos por lei, não conseguimos observar a aplicação dessas leis na prática, principalmente, quando se trata de trabalhador de rua. A maioria é obrigada a se submeter à exploração de mão-de-obra, tráfico de drogas e prostituição, além de outros riscos.

A realidade cotidiana desses adolescentes se impõe, colocando-os diante de um imediatismo na resolução de problemas, tais como: comida, casa, família e emprego. O ato de estudar aparece como uma questão de menor importância quando comparada à importância que o trabalho possui. Os depoimentos a seguir explicitam o problema que, traz em relação ao estudo:

*Oh tia, não da pra estudar não, preciso trabalhar, quem sustenta a casa sou eu e a minha irmã.*

*Eu chego cansado do carregão, aí só quero arranjar um lugar para dormir.*

Ao mesmo tempo para contrapor essa fala, alguns percebem a importância do saber para eles, e o incômodo gerado pelo não saber:

*Tem que estudar, se não agente passa uma vergonha quando os colegas falam: ele não sabe ler.*

*Estudar é bom não quero ser menino de rua a vida toda.*

Para os adolescentes de rua, trabalhar significa uma mudança de *status* e maior respeito pela sociedade e pela família. Suas falas priorizam visivelmente o trabalho em detrimento da educação, talvez porque, embora exista uma base legal que assegure a trajetória escolar desses sujeitos, os mesmos se vêem obrigados a garantir a sua própria subsistência, atrasando ou se distanciando da trajetória escolar.

*Eu não sei se vou terminar o segundo grau, eu conheço gente que não estuda e tem trabalho.*

*Tem jogador de futebol, que não precisa estudar e tem dinheiro.*

Através destas falas, podemos constatar que a escolaridade destes adolescentes está comprometida em decorrência do trabalho, as suas projeções sobre o futuro explicitam respostas que em sua maioria estão voltadas para uma atividade profissional que lhes possibilitem sair da condição de menino de rua. As conseqüências de um ingresso precoce no mercado de trabalho resultam numa interrupção abrupta do seu processo educativo, fazendo com que essas crianças e adolescentes dispensem a continuidade na escola.

## A VIOLÊNCIA NO COTIDIANO DA POPULAÇÃO DE RUA

A violência se constitui em um elemento corriqueiro para a população de rua. A obra de Souza (2000) foi um importante documento que retrata de maneira real a violência à qual são submetidos os sujeitos que vivem e trabalham na rua. Nela, a autora apresenta, segundo os trabalhos de alguns teóricos, como Minayo e Assis (1993, p.8) que a violência pode ser classificada em quatro grupos: **violência estrutural**, “que se apóia socioeconômico e politicamente nas desigualdades, apropriação e expropriações das classes e grupos sociais, do Estado e da nação”, se expressa através da exclusão social, do desemprego e da miséria conseqüente de um sistema capitalista desigual; **violência cultural**, que “se expressa a partir da violência estrutural”, manifesta-se ainda em pleno século XXI, as pessoas devem ser feitas de acordo com as regras estabelecidas e veiculadas pela ideologia de uma minoria, determinados grupos que influenciam a opinião da sociedade silenciando várias culturas; **violência da delinqüência**, “se manifesta naquilo que a sociedade considera crime, e que tem que se articulada para ser entendida”, normalmente são as mais corriqueiras, tais como: roubos, furtos, assassinatos e “delitos cometidos sobre o efeito do álcool ou drogas”; **violência da resistência**, que “marca a relação das pessoas nos grupos submetidos e subjugados por outros”, nesse modelo poderia ser compreendido toda uma sociedade, pois toda relação evidencia uma forma de poder, mas, para ser mais específica, tomemos como exemplo: trabalhadores, índios, negros, mulheres.

Entre os tipos de violência que estão presentes na vida dos meninos de rua, a estrutural exterioriza-se de forma visível, pois a miséria econômica e social acaba por induzir as outras formas de violência.

É importante ressaltar que, no cotidiano dessa população, evidencia-se também o abuso físico, abuso sexual, abuso psicológico e o abandono. A população de rua está constantemente exposta a esses tipos de violência, desde o seu nascimento com o abandono da família, abuso psicológico da sociedade e das pessoas com quem convive, a utilização da coerção física e o abuso sexual de pessoas que a utilizam devido a sua miséria e necessidade.

A mídia constantemente noticia estrupos, assaltos, extermínio e massacres. Quem não se lembra da chacina da candelária e dos recentes assassinatos da população de rua? Entendo essas atitudes como desumanas, antidemocráticas que visam tirar a vida de indivíduos que não são aceitos e bem vistos pela nossa sociedade.

A violência por eles praticada, em sua maioria, surge como resposta à violência sofrida, que pode ser considerada como um mecanismo de defesa na luta pela sobrevivência. Não se pode esquecer que os estudos de cunho sociológico e psicológico explicitam que o homem é um ser sócio-histórico, fruto sem dúvida nenhuma de suas experiências. Com essa perspectiva, esses



sujeitos vão reproduzindo aquilo que vêem, ouvem e sentem, como se pode observar nos depoimentos a seguir.

*Agente chega nos lugar e as pessoas fica olhando com uma cara feia, dá uma raiva danada.*

*Agente às vezes pede um prato de comida para matar a fome, aí as pessoas diz: não vou dá não se não você vai compra cigarro, a única coisa que agente queria tia era a comida e não o dinheiro.*

A delinqüência não surge ao acaso, ela é fruto das desigualdades, reflexo de um sistema excludente e injusto que levam as pessoas à exclusão do mercado de trabalho; enquanto isso, o que se presencia são enormes fileiras de desempregados que ficam subjugados à vida em sociedade, essa afirmação pode ser justificada:

O possível social lhes aparece imprensado entre a vagabundagem, a delinqüência e, quando muito, a expectativa de um emprego de baixa qualificação. Frente às tentações do consumo, aos estímulos dos grupos de infratores e a realidade sem perspectivas do mercado de trabalho, muitos tem caído na delinqüência (CRUZ NETO, 1995, p.32).

Nesse contexto, a inexistência de alternativas de trabalho para a garantia mínima das necessidades de sobrevivência do indivíduo acaba por levá-lo a praticar alguns delitos, não quero justificar com isso os crimes que tem acontecido na sociedade, mas penso que devemos refletir se alguém se convence a passar fome em nome de princípios morais.

Um outro tipo de violência que acomete estes indivíduos é a agressão física, Dimenstein (1994 p.12) “revelou durante uma pesquisa que um milhão de pessoas declarou ser vítima de agressão física no Brasil e muitos dos agressores eram os policiais”. O Estado como uma instituição que deveria proteger, acaba por assumir um papel de infrator, os retratos desses meninos demonstram essa situação:

*A polícia tia quando chega na rua não quer nem saber, manda porrada na gente.*

*Quando eu vou dormir a noite procuro um lugar onde a polícia não veja se não eles querem bater.*

Esses relatos implica uma reflexão sobre a preparação desses indivíduos para o desempenho de suas funções e nos leva a discutir a utilização do poder exercido por esses indivíduos que gera violência sobre uma população silenciada na sociedade e entregue a própria sorte.

Pelo fato de utilizarem o espaço público como local de trabalho e não pagarem impostos, os meninos que trabalham na rua também sofrem um tipo de violência exercida pelos fiscais da prefeitura:

*Eles toma o nosso carrinho de mão e manda a gente ir embora e tem outros que leva preso.*

*O rapa que tirar a gente das ruas, A gente só ta trabalhando.*

Esses fiscais estabelecem a “síndrome do pequeno poder” que, segundo Safioti (1989), apresenta-se quando o indivíduo, consciente do seu diminuto poder, de não-poder, trata de

ampliá-lo ou criá-lo na relação interpessoal que estabelece com outra pessoa. A promoção de fiscalização nas ruas das cidades tem o intuito de manter os meninos que trabalham nas ruas fora do percurso do centro da cidade, longe dos olhos da sociedade, tentando ocultar o paradigma da emergente miséria que fazem com que milhares de crianças e jovens continuem migrando para as ruas.

## CONCLUSÃO

Ao longo da elaboração deste estudo, pôde ser constatado que o fenômeno da exclusão social não é algo recente, acompanha desde o surgimento da nossa história como nação no período colonial. Na conjuntura atual, os adolescentes que se encontram no extrato social pauperizado não têm garantido pela família, pela sociedade e pelo Estado direitos como a educação, trabalho e defesa.

Desse modo, percebe-se que, embora a educação seja preconizada pelos documentos oficiais, como sendo um direito de todos, na prática ocorre uma violação desses direitos legais. Assim, a questão do trabalho informal, como meio de sustento para uma população sem perspectiva de ingresso no mercado formal, também se apresenta como uma forma de violação, pois, na maioria dos casos, os municípios em parceria com a instância Federal não oferecem condições de alternativas de trabalho para que os indivíduos possam suprir as necessidades básicas. Além dessas duas formas de violação, a população de rua, desde a sua infância, sofre a violência - física, de abandono, estrutural, psicológica, abuso sexual, vivenciamos comumente alguns atos cometidos por esse grupo em detrimento de um processo desenvolvimento atropelado.

Assim, diante desse processo excludente vivenciado por esses atores sociais, faz-se necessário despertar a sociedade para esta problemática, visto que ela tem negado o direito de uma vida digna a esses sujeitos. Nesse aspecto, torna-se necessário resgatar, além dos inúmeros estereótipos já consagrados para caracterizar a juventude marginalizada, como também defender a liberdade, justiça e autonomia para essa população que está à margem da sociedade.

Recomenda-se não só a implementação de políticas efetivas, como também ações de prevenção que possibilitem melhorias de condições de vida às populações estigmatizadas pela miséria social. Portanto, é necessário, um repensar sobre o cotidiano desses atores sociais, bem como compreender que a sua categoria social “menino de rua” existe independentemente da vontade deles, mas como consequência de um sistema excludente.

## REFERÊNCIA

BRANDÃO, C. R. (org). **Democratização do ensino meta ou mito?** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

BRASIL, Ministério da criança. **Projeto Minha gente**, Lei nº 8.069, 13 de junho de 1990. ECA.  
CARVALHO, I. M & ALMEIDA, F. G. **O trabalho infante juvenil na Bahia. Bahia e Análise de Dados**. Salvador, v.6, n.1, 1996.

CRUZ NETO. O. **Corpos e sonhos destruídos: relações entre violência, pobreza e exclusão social**. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz, 1995.

DIMENSTEIN, G. **A guerra dos meninos: assassinato de menores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GRACIANE, M. E. S. **Pedagogia social de rua**. São Paulo: Cortez, 1999.

HADDAD, S. **Tendências atuais na educação de jovens e adultos**. Em aberto, Brasília, v.11, p.3-13. Out./dez.92.

MINAYO, M. C. S, ASSIS, S. G. **Saúde e violência na infância e adolescência**. In: SOUZA, S. L. A violência vivenciada por adolescentes trabalhadores (as) de rua. Tese de Mestrado apresentada a UFBA. Salvador, 2000.

PENIN, S. T. S & VIEIRA, S. L. **Refletindo sobre a função social da escola**. In: VIEIRA, S. L (org). Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PINO, A. **Escola e cidadania: apropriação e conhecimento e exercício da cidadania**. In: Severino, A. Sociedade e educação. São Paulo: Papirus: Anped, 1992.

PRADO, Jr, C. **Historia da economia do Brasil**, SP: Brasiliense, 1984.

SAFIOTI, H. A síndrome do pequeno poder. In: SOUZA, S. L. A violência vivenciada por adolescentes trabalhadores (as) de rua. Tese de Mestrado apresentada a UFBA. Salvador, 2000.

SANTOS, B. R. **Breve olhar sobre as políticas públicas para a infância**. In: Revista Fórum. D&A. Políticas e prioridades políticas, 1993.

SANTANA, Judith. S. S. et. al. **I Mapeamento e contagem de Feira de Santana: os meninos estão nas ruas**. Feira de Santana, 1997.

SANTOS, M. F. Com a palavra o adolescente: Resignificando trajetórias de risco num espaço de fronteiras. Tese de Mestrado. Salvador, 2000.

SOUZA, S. L. A violência vivenciada por adolescentes trabalhadores (as) de rua. Tese de Mestrado apresentada a UFBA. Salvador, 2000.

PENIN, S. T. S & VIEIRA, S. L. **Refletindo sobre a função social da escola**. In: VIEIRA, S. L (org). Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.